

PELOTÃO DE OBRAS

Orçamento secreto de R\$ 401 milhões da Defesa pagou até capela funerária



Gestão. O Ministério da Defesa foi comandado até semana passada pelo general Walter Braga Netto

PATRICK CAMPOREZ
patrick.campez@globo.com
BRASIL

Em um lote de terra de 129 metros quadrados cravado em São Félix do Araguaia, no interior do Mato Grosso, a prefeita Janailza Taveira Leite (Solidariedade) acompanha cada passo da construção do velório público do município com quase 12 mil habitantes. A obra tem sido celebrada como a "primeira capela mortuária da cidade", uma "forma de dar conforto aos moradores num momento de tanta dor", destaca Janailza. O projeto só saiu do papel graças a um repasse de R\$ 400 mil feito pelo Ministério da Defesa, então chefiado pelo general da reserva Walter Braga Netto, cotado para vice na chapa de Jair Bolsonaro nas eleições deste ano. Os recursos foram liberados em outubro de 2021 por meio do orçamento secreto, dispositivo de emendas parlamentares utilizado para contemplar aliados do governo em troca de apoio no Congresso. O que não se sabia até hoje é que a pasta militar também utilizou esse mecanismo político sem transparência e critério. A informação só veio à tona recentemente graças a uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que obrigou a divulgação desses dados.

— Só tenho a agradecer a boa gestão do Braga Netto e ao senador Wellington (Fagundes, do PL do Mato Grosso), por essas obras. O senador é nosso campeão de votos aqui e vai ser de novo nessa eleição, se Deus quiser. Ele é nosso predileto — afirma Janailza, que também recebeu R\$ 2 milhões da Defesa para asfaltar ruas da cidade.

O parlamentar mato-grossense, que busca a reeleição ao Senado, integra o mesmo partido de Bolsonaro e é aliado fiel do governo.

As obras que a prefeita de São Félix do Araguaia atribui a Braga Netto e a Wellington Fagundes fazem parte de um pacote de R\$ 588 milhões do orçamento secreto administrativo pelo Ministério da Defesa. Desse valor, R\$ 401 milhões atenderam a 11 senadores, sendo a maioria deles governista. Coube a esse seleto grupo parlamentaristas próximos a Bolsonaro decidir como e onde esse dinheiro público seria aplicado, em geral em seus redutos eleitorais, sem necessariamente ter relação com a atividade da pasta militar.

A maior parte desses recursos foi desembolsada pelo Ministério da Defesa em

O REPASSE DAS EMENDAS

O valor dos recursos destinados ao Calha Norte, programa pelo qual se faz o repasse de verbas, deu um salto após a distribuição do orçamento secreto, no ano passado (valores corrigidos pela inflação).



Grupo de 11 senadores destinou cerca de R\$ 400 milhões em emendas para obras em seus redutos eleitorais

SENADOR	VALOR (R\$ MILHÕES)	PRINCIPAIS OBRAS
Márcio Bittar (UNIÃO BRASILEIRA)	204	• CONSTRUÇÃO DA SEDE DA PREFEITURA DE MANGUEIRAS R\$ 2 milhões • URBANIZAÇÃO DE TRILHA ECOLÓGICA EM ACRELÂNDIA R\$ 5 milhões
Davi Alcolumbre (UNIÃO BRASILEIRA)	79,3	• CONSTRUÇÃO DE PASSARELAS DE CONCRETO EM LARANJAL DO JARI R\$ 12 milhões • URBANIZAÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS EM ITAUBAL, CUTIAS, PEDRA BRANCA DO AMAR E CALÇADONE R\$ 10 milhões
Chico Rodrigues (UNIÃO BRASILEIRA)	30	• O DINHEIRO FOI TODO APLICADO NA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS EM MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO
Lucas Barreto (PSD-AP)	22,5	• CONSTRUÇÃO DE PASSARELA DE CONCRETO EM SANTANA R\$ 5 milhões • CONSTRUÇÃO DE PRÉDIOS PÚBLICOS EM CINCO MUNICÍPIOS DO ESTADO R\$ 4 milhões
Eduardo Gomes (MDB-TO)	20	• O DINHEIRO FOI TODO APLICADO NA AQUISIÇÃO DE CAMINHÕES (PIRIS, BASCULANTES E DE LÍQUIDO), ALÉM DE TRILHES E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS PARA ATENDER 40 PREFEITOS DO TOCANTINS
Wellington Fagundes (PL-MT)	20	• CONSTRUÇÃO DO VELÓRIO PÚBLICO DO MUNICÍPIO SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA R\$ 400 mil • CONSTRUÇÃO DE GALPÃO E URBANIZAÇÃO NA ORLA DO LAGO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO REJÓIO DA VILA SILVESTRE DONA CINDILIA R\$ 1 milhão
Maíza Gomes (PP-AC)	8,5	• CONSTRUÇÃO DE QUADRA COM GRAMA SINTÉTICA E COBERTA EM PORTO ACRE R\$ 700 mil • AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS RODOVIÁRIO PARA ATENDER CUIZÉRIO DO SUL R\$ 510 mil
Plínio Valério (PSDB-AM)	8,2	• CONSTRUÇÃO DE CENTRO DE CONVÊNIO DO IDOSO EM NOVO ARIJO R\$ 3,5 milhões • CONSTRUÇÃO DO ANEXO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE MANAUAS R\$ 3,5 milhões
Zequinha Marinho (PL-PA)	4	• CONSTRUÇÃO DE PASSARELA DE CONCRETO NA VILA PIRAL EM CURRALBUENO R\$ 1 milhão • CONSTRUÇÃO DE MADEIRA EM OLIVEIS R\$ 1,5 milhão
Jayme Campos (UNIÃO BRASILEIRA)	4	• CONSTRUÇÃO DE GALPÃO NO BAIRRO NOVO TERCEIRO EM CURUABA R\$ 600 mil • AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS DE CARGA E ACESSÓRIOS PARA COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS PELO PELOTÃO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR R\$ 1,6 milhão
Eduardo Braga (MDB-AM)	780 MIL	• CONSTRUÇÃO DE TRÊS FERIAS COBERTAS EM BEIRUM, FAUINI E BOCA DO ACRE

Editoria de Arte

2021, sob a gestão de Braga Netto. O dinheiro foi repassado a municípios por meio do programa Calha Norte, criado na década de 1980 diante de uma preocupação dos militares com a Amazônia. O objetivo dessa ação é investir em projetos de infraestrutura básica, aquisição de equipamentos e compra de bens para quartéis na região, principalmente em áreas distantes dos grandes centros urbanos. Segundo levantamento do GLOBO, uma parte das emendas de relator destinadas pela pasta serviu a outro propósito — construir praças, passarelas de concreto e até para bancar obras de edifícios que vão abrigar as

câmaras de vereadores em duas cidades do interior do Amapá (Tartagalzinho e Cutias) e uma no Amazonas (Careiro), ao custo de R\$ 1,5 milhão cada. Irrigado pelo orçamento secreto, o caixa do Calha Norte dobrou de tamanho em 2021 — e passou a atender redutos eleitorais de aliados do governo.

Por meio de nota, o Ministério da Defesa informou que o programa Calha Norte não leva em consideração a forma com os parlamentares indicam recursos, se as emendas chegam são impostivas ou de relatoria, "mas, sim, se estão em conformidade com as diretrizes técnicas". A pasta também resalta

que o programa "abrange 619 municípios em 10 estados. Assim, qualquer parlamentar dessas localidades tem a prerrogativa de propor emendas que serão analisadas mediante critério técnico". O órgão ainda afirma que "o ministro não interfere na destinação de recursos do Programa Calha Norte". O ministro, porém, não explicou por que apenas 11 senadores tiveram a prerrogativa de enviar recursos via emendas de relator.

OS BENEFICIÁRIOS

O maior contemplado com os repasses da pasta foi o senador Márcio Bittar (União Brasil-AC), relator do Orça-

mento de 2021 e responsável por indicar R\$ 203,7 milhões a prefeituras de seu interesse. Entre os escolhidos por Bittar está o prefeito de Acrelândia, Olavo Francelino de Rezende (MDB), que recebeu em 27 de outubro de 2021 R\$ 5 milhões para aplicar em trilhas ecológicas da cidade.

— A gente pediu que ele (Bittar) disponibilizasse o dinheiro, e ele mandou. Tem sido um parceiro. Na época (da visita), ele disse que era o relator dos recursos, que ia fazer algo importante para a gente, e o ministério aceitou — conta Rezende.

Bittar também destinou, por meio da Defesa, R\$ 28,4 milhões a outro aliado político, o prefeito de Rio Branco, Tião Bocalom (PP), para ser aplicado na construção de uma praça, um mercado municipal e uma Casa de Apoio e Acolhimento. O dinheiro foi todo empenhado, por meio de cinco parcelas, em outubro do ano passado.

O senador e candidato à reeleição Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) é outro a colher dividendos políticos com a verba repassada pela Defesa. O ex-presidente do Senado destinou R\$ 79,3 milhões a municípios do seu estado por meio do orçamento secreto da pasta militar. No dia 6 de agosto do ano passado, o parlamentar se reuniu com Braga Netto no ministério. Três dias depois desse encontro, a pasta começou a liberar parcelas que somam R\$ 47,5 milhões para redutos eleitorais do congressista.

Um dos contemplados foi o município de Cutias, para onde o senador destinou, no dia 29 de setembro de 2021, R\$ 1,5 milhão para a revitalização do prédio da Câmara Municipal da cidade.

Procurados, Bittar e Alcolumbre não responderam aos questionamentos feitos pela reportagem. O senador Wellington Fagundes defendeu os critérios do Ministério da Defesa para aplicar os recursos do orçamento secreto. Ele diz que considera "pouco" os R\$ 20 milhões que teve para destinar a cidades de sua livre escolha.

— É um programa dirigido por militares. E eles são extremamente rígidos. Tem que cumprir a exigência da lei. Mato Grosso é um estado em desenvolvimento e é o que mais contribui com as exportações do Brasil. E nós temos necessidades. Temos 720 quilômetros de fronteira seca. E (o valor) ainda é pouco — afirma o parlamentar.

Líder do governo no Senado, o senador Eduardo Gomes (PL-TO) também foi contemplado com R\$ 20 mi-

lhões da Defesa e indicou esses recursos a 40 prefeitos. Um dos municípios beneficiados foi Arraias. Em 17 de julho de 2021, por solicitação do parlamentar, a cidade recebeu R\$ 702 mil para compra de um ônibus e um caminhão basculante.

— Temos só a agradecer o senador e o Calha Norte, que está alcançando a ponta. O ônibus está atendendo as senhoras da melhor idade, em um projeto de recreação. O caminhão nós já compramos e só estamos esperando chegar — afirma o prefeito Herman Gomes de Almeida.

O Tocantins, estado de Gomes, só foi incluído no Calha Norte em uma articulação do senador. O decreto que expandiu o programa para cidades do estado foi publicado por Bolsonaro no fim do ano passado.

ESPECIALISTAS CRITICAM

Especialistas ouvidos pelo GLOBO criticaram o uso da Defesa para a realização de obras por critérios políticos, em cidades escolhidas por um grupo de senadores. O historiador e membro da Academia Brasileira de Letras José Murilo de Carvalho, estudioso da ascensão militar na política brasileira, classificou como "grave" o uso do dinheiro da pasta com finalidade política.

— Trata-se de um flagrante desvio de funções do Ministério da Defesa e, como tal, coloca em posição delicada o general Braga Netto — afirmou Carvalho.

Jurista e doutor em Direito do Estado, Marçal Justen Filho afirma que os recursos destinados pela pasta militar deveriam atender às "necessidades do setor".

— A destinação de recursos para o Ministério da Defesa visa a atender necessidades desse setor. Alocar recursos para a Defesa e transferir posteriormente essas verbas para outros fins, não relacionadas com a questão da Defesa, configura uma desnaturação do modelo constitucional — pondera o jurista.

— Os recursos públicos não podem ser instrumentados para qualquer agente público obter vantagens no processo eleitoral.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4